

## DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INTEGRAÇÃO REGIONAL: O CASO DE ILHA SOLTEIRA (SP)\*

Márcio Teixeira GONÇALVES\*\*

**Resumo:** Abordamos no texto, algumas questões surgidas no quadro geral dos debates até 1970 que, historicamente, articularam o papel desempenhado pela agricultura na economia brasileira e o processo de industrialização do país. Consideramos a necessidade da inserção e manutenção das relações capitalistas de produção no país, sobretudo nas áreas de expansão das fronteiras econômicas, como o alicerce sobre o qual se deu no Brasil, o discurso do desenvolvimento econômico e da integração regional, institucionalizado pelo Estado através dos planos de desenvolvimento implementados até muito recentemente. Ilha Solteira surge no contexto desta dinâmica, cuja fragilidade pode ser apreendida a partir dos problemas urbanos, sociais e ambientais que compõem a realidade da cidade desde o seu surgimento.

**Palavras-chave:** agricultura; desenvolvimento econômico; integração regional; Ilha Solteira.

**Resumen:** en este texto abordamos algunas cuestiones surgidas en el ámbito de los debates que historicamente articularon, hasta 1970, el papel de la agricultura en la economía brasileña y el proceso de industrialización del país. Consideramos, también, la necesidad de introducir y mantener las relaciones capitalistas de producción en el país, especialmente en las áreas de expansión de las fronteras económicas, como alicerce sobre el que se tuvo lugar en Brasil, el discurso del desarrollo económico y de integración regional institucionalizado por el Estado a través de los planos de desarrollo implementados recientemente. Isla Solteira surge en el contexto de tal dinámica, cuya fragilidad puede ser

\* Texto apresentado como trabalho final da disciplina "Perspectivas Teóricas da Produção Familiar no Brasil", ministrada pela Prof. Dr. Rosângela Aparecida de Medeiros Hespagnol no Curso de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, campus de Presidente Prudente

\*\* Graduado em Geografia pela UEL - Universidade Estadual de Londrina e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Faculdade de Ciências e tecnologia - FCT/UNESP. Membro do GASPERR - Grupo Acadêmico Produção do Espaço e Redefinições Regionais. E.mail: italoteixeira@hor.mail.com.

entendida a partir de los problemas urbanos, sociales y ambientales que configuran la realidad de la ciudad desde su creación.

**Palabras-clave:** agricultura; desarrollo económico; integración regional; Isla Solteira.

## 1. INTRODUÇÃO

A maior parte das questões levantadas neste texto resulta de discussões travadas durante nossa participação na disciplina "Perspectivas Teóricas da Produção Familiar no Brasil".

Seguimos uma linha de raciocínio na qual optamos por trabalhar um conjunto de questões que nos permitiram construir uma ponte ligando tal conteúdo à discussões que nos interessam em especial, dada a temática com a qual trabalhamos em nosso Projeto de Pesquisa.

Para atingir os objetivos que nos propomos no desenvolvimento deste trabalho, partimos do quadro geral dos debates acerca do papel exercido pela agricultura no desenvolvimento econômico do país, onde procuramos apontar as principais linhas teóricas que subsidiaram, em certa medida, grande parte das ações que se concretizaram historicamente e, que culminaram, na atual configuração econômica, social e política do Brasil.

Levantamos algumas discussões que articularam, historicamente, a agricultura e o processo de industrialização/urbanização, nas quais a agricultura aparece, ora como um fator a se desconsiderar, ora como de importância ímpar, constituindo-se, em determinado momento dos debates, como um dos principais entraves ao processo de desenvolvimento e de integração econômica brasileira. Daí termos optado por resgatar algumas idéias que discutem a consolidação do capitalismo no Brasil e a necessidade de integração territorial e/ou regional – entendendo integração, neste caso, como integração exclusivamente econômica, capitalista – que pudesse subsidiar seu pleno desenvolvimento em nosso país.

No intuito de demonstrar com maior clareza a lógica com a qual o sistema capitalista vem se inserindo e dominando, historicamente, nas relações sociais, políticas e econômicas, tanto internas como externas do país, domínio do qual o fato "integração regional/territorial" constitui apenas mais um quadro, optamos por afunilar nossas análises trazendo algumas considerações acerca da integração regional do Extremo Oeste Paulista, proporcionada pela criação do chamado Complexo Hidrelétrico de Urubupungá.

Fechamos este trabalho trazendo à tona algumas discussões acerca dos impactos dessa obra para a região, ressaltando o papel exercido pelo Estado, através da constituição de empresas (como a própria CESP – Companhia Energética do Estado de São Paulo), cujas ações sempre trouxeram, mesmo que implicitamente, o intuito de institucionalizar a consolidação do capitalismo no país. Neste sentido, nossas análises se concentraram no caso específico de Ilha Solteira (SP), cidade que pode ser tomada como uma das expressões máximas do poder de ação do sistema capitalista, já que sua criação e todo o conjunto dos equipamentos urbanos que dela fazem parte se deu em função, justamente, dos objetivos de integração regional necessários à reprodução interna do sistema e endossados pelo Estado.

Vale ressaltar que, pelo próprio caráter que envolve o desenvolvimento deste trabalho, como já salientamos anteriormente, as idéias aqui expostas estão apresentadas de maneira demasiada sintética e simplificada.

## 2. AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: O QUADRO GERAL DOS DEBATES

Desde as primeiras décadas do século XX, o Brasil vem passando por transformações substanciais em suas estruturas econômicas, políticas e sociais. Tais transformações tomaram um novo impulso depois da segunda metade deste século, a partir do acelerado processo de modernização de sua base produtiva, proporcionado graças à instalação de um parque industrial que levou o país, num dado período, à condição de oitava economia do mundo.

No entanto, a industrialização não foi capaz de incorporar ao mercado uma parcela expressiva da população, nem foi acompanhada por uma melhoria na distribuição da renda interna. Na verdade, tal processo "aprofundou uma das mais regressivas distribuições de renda do mundo e permanecemos na incômoda categoria de país 'periférico', 'subdesenvolvido' ou 'terceiro-mundista'" (PIQUET, 1995, p. 33).

A par destas considerações, notamos o descompasso entre o avanço da base material da economia e o arcaísmo de nossas estruturas político-sociais, cuja permanência, e influência, no quadro geral das relações internas e externas do país, até muito recentemente, deve-se, em certa medida, à expressão atingida

por determinados ideários que dominaram a discussão acerca dos rumos que deveria tomar o desenvolvimento brasileiro, ao longo do período considerado.

Neste ítem, pretendemos resgatar e discutir, mesmo que rapidamente, o quadro geral dos debates travados em torno do desenvolvimento econômico do país, sobretudo aquele elaborado após meados da década de 1950, no qual as questões agrárias aparecem ora no centro do debate, ora de forma secundária. Optamos por este corte, por corresponder ao período em que a discussão e participação política em torno das perspectivas de desenvolvimento do país, continuando a tendência iniciada nos anos anteriores, tomaram um novo vulto. Isto porque a industrialização brasileira havia atingido um estágio que requeria certas definições no menor lapso de tempo possível. Urgia proceder de modo a dar seqüência ao processo de substituição de importações e à completa instauração do setor de produção de bens de capital, para que o processo, como um todo, não tivesse sua evolução comprometida.

Analisando este contexto, Gonçalves Neto (1997, p. 51-52) ressalta duas alternativas surgidas no período, quais sejam:

A associação com capitais internacionais, que financiariam a continuidade do processo de industrialização e, conseqüentemente, a manutenção da situação de dependência financeira, que continuaria atrelando os destinos do país às decisões externas;

A formação do próprio estímulo, sobretudo por intermédio da ampliação do mercado interno e da ação do Estado, que permitiriam, internamente, a formação da poupança e da infraestrutura necessárias ao investimento.

Vale frisar que, pelo fato de toda a estrutura política e econômica brasileira estar atrelada, naquele momento, a uma dupla articulação, interna e externa, a escolha pela segunda alternativa apontada anteriormente, pediria a transformação não só da estrutura produtiva do país, mas de todo o contexto político que a acompanhava. Naquele momento histórico, sobretudo as classes dominantes, foram incapazes de tomar para si o papel que lhes caberia neste processo. A história nos mostra que a primeira alternativa foi a adotada pelo Estado.

A crescente radicalização do debate vai, por sua vez, comprimindo cada vez mais o espaço do Estado, diminuindo

sua margem de manobra, já que se vai tornando impraticável a conciliação dos interesses dominantes. É para fugir a esse garroteamento paulatino que, no limite, implica a sua substituição como Estado de compromisso (não subordinado especificamente a nenhum grupo), que o Estado empreende o projeto das reformas de base. (GONÇALVES NETO, 1997, p. 52).

Observa-se que os termos do debate sobre a realidade do país, as condições do seu atraso e a sua superação, bem como do desenvolvimento capitalista no Brasil, foram colocados a partir da ótica da alternativa apontada anteriormente. Segundo Linhares & Silva (1979, p. 32-33), partia-se de duas noções principais:

a) Os problemas do abastecimento dos centros urbanos (escassez generalizada de gêneros alimentícios) decorrem da estrutura fundiária (latifúndio versus minifúndio), que explicaria o atraso das forças produtivas e a sua incapacidade de produzir alimentos a baixo custo para suprir o mercado interno. Dessa forma, o desenvolvimento urbano, [...], era obstaculizado pelo atraso da agricultura.

b) As relações de produção no campo brasileiro, por não serem capitalistas – a não difusão do trabalho assalariado na agricultura (óbices históricos: a herança colonial, os restos feudais) –, retardavam a expansão do mercado consumidor para os produtos industriais.

Nota-se que, em ambos os casos, a transformação do campo era vista como condição essencial ao desenvolvimento capitalista, sendo que os principais entraves estariam localizados no setor da circulação, isto é, no tamanho reduzido do mercado interno. Verifica-se que a abertura desse mercado teria como ponto de partida a transformação da agricultura, através da modernização das forças produtivas e das relações de produção. A força de tal empreendimento estaria na hegemonia da articulação entre burguesia nacional/proletariado urbano, cabendo ao campo, durante esse processo, o papel de produzir alimentos e matérias-primas, de um lado, e, de outro, o consumo de produtos industriais (LINHARES E SILVA, 1979).

## 2.1. TENDÊNCIAS DENTRO DAS LINHAS DE INTERPRETAÇÃO

Interessa-nos o fato de que, no bojo destas discussões, a questão agrária e sua reforma aparecem como pontos-chave, ocupando-se delas estudiosos tanto da ala conservadora como pesquisadores de esquerda. Assim, em relação ao debate de idéias que se travou no Brasil, ao longo das décadas de 1950 a 1970, podemos dizer que dominaram as interpretações dualistas, sendo que as críticas a elas dirigidas constituem tentativas de sua superação, como demonstram alguns pesquisadores como Linhares & Silva (1979), Gonçalves Neto (1997) e Hespanhol (2000).

Não podemos perder de vista, no entanto, a possibilidade de se buscar os fundamentos teóricos destas discussões em elaborações muito anteriores ao período que estamos aqui considerando, que versam sobre as raízes ou fontes remotas situadas no passado colonial, e mesmo em trabalhos elaborados ao longo do século XIX (LINHARES E SILVA, 1979, p. 28).

As principais correntes de interpretação das estruturas econômicas e sociais, tanto no Brasil como nos países de passado colonial, foram influenciadas, nesse período, pela concepção dualista, cuja dualidade estaria representada, de um lado, por um setor "aberto e moderno", caracterizado pelas estruturas urbanas, e, de outro, por um setor "fechado e arcaico", caracterizado pelo campo. Assim, Linhares e Silva (1979, p. 35) esclarecem que,

No Brasil, defrontar-se-iam, pois, o velho, representado pelo imobilismo do interior (o sertão, da pecuária, do latifúndio, do coronelismo, do agrarismo tradicional), e o novo, representado pelo litoral que se vincula à indústria, ao grande comércio, às formas avançadas de civilização, ao dinamismo.

Assim, tal realidade seria explicada através do próprio processo de formação histórica do país, no qual o "arcaísmo" reinante entre suas estruturas agrárias teria sua gênese no passado colonial, como sobrevivência de formas ultrapassadas. Quanto ao "moderno", que caracterizava suas estruturas urbanas, este seria explicado como resultante da importação da civilização industrial. Isto significa dizer que, a principal explicação para a origem dessas estruturas sociais e econômicas, encontrava-se no sistema de colonização e povoamento do território nacional. Neste enfoque, caberia ao setor moderno – no caso

brasileiro, São Paulo, onde a agricultura e as indústrias eram as mais dinâmicas do país –, levar capitais, técnicas e progresso ao setor arcaico, transformando-o (LINHARES E SILVA, 1979).

Outra perspectiva para a mesma problemática, pode ser observada nas análises de Gonçalves Neto, para quem,

O argumento central era de que a arcaica estrutura agrária brasileira, centrada no latifúndio, não permitia à agricultura responder à demanda urbano/industrial: com a produção calcada no monopólio da propriedade da terra, em mãos dos latifundiários, e nas relações de produção antiquadas vigentes, não se conseguiam ganhos de produtividade que respondessem às necessidades da indústria em expansão. (GONÇALVES NETO, 1997, p. 53)

Hespanhol (2000) aponta os trabalhos de Jacques Lambert (1959) e de Roger Bastide (1959), como clássicos neste enfoque, no período considerado. Salienta, ainda, que apesar das constatações e do reconhecimento da necessidade de haver uma integração entre "o Brasil agrário arcaico e o Brasil-urbano industrial moderno", tanto Lambert (1959) como Bastide (1959) não sugeriram mudanças ou reformas para o país por reconhecerem, no conjunto, um mecanismo favorável à acumulação de capitais (apud CASTRO, 1969).

Gonçalves Neto (1997) resgata algumas discussões de autores como Celso Furtado e Paul Singer, que nos permitem apontá-los também como expoentes da problemática que ora nos envolve. Apesar de participarem do mesmo quadro de debates, a visão destes autores difere daqueles apontados anteriormente por Hespanhol (2000), já que para estes, a problemática brasileira possuía um caráter estrutural, sendo que o simples ataque a pontos isolados nunca poderia levar à solução, havendo a necessidade de um plano global de transformações, que dessem conta, inclusive, da reforma agrária.

Vale ressaltar que, entre os autores que discordavam de Lambert (1959) e Bastide (1959) quanto à não necessidade de reformas estruturais no país, ganhou vulto no cenário nacional, o debate envolvido no âmbito dos partidos de esquerda do país. Neste contexto, aparecem, de um lado, os defensores da tese feudal e, de outro, os da tese capitalista, bem como as diferentes concepções de reforma agrária, resultantes desses diferentes posicionamentos teóricos (HESPANHOL, 2000). Segundo esta visão, as estruturas econômicas e sociais

do Brasil se caracterizariam pela existência de dois modos de produção diferentes, o capitalista e o feudal, podendo este se apresentar sob diferentes matizes (semifeudal, como "restos" ou ainda "vestígios").

Observa-se que, neste modelo, implicava uma ampla mudança das estruturas, sobretudo as do contexto "rural-agrícola", isto é, da estrutura semifeudal existente, na mesma medida que sua representação político-ideológica, qual seja, a ideologia imobilista, inautêntica, ou pseudo-ideologia, expressão da estrutura colonial (LINHARES E SILVA, 1979). Estes autores apontam, como expoentes do debate nesta linha, nomes como Hélio Jaguaribe, Nelson Werneck Sodré, Roland Corbusier e Guerreiro Ramos.

Sobre este aspecto das discussões, Hespanhol (2000), resgata o nome de Alberto Passos Guimarães. Para Guimarães, somente uma reforma agrária baseada na distribuição de pequenos lotes, permitiria o acesso à terra por uma grande parcela da população rural, eliminando as relações de poder extra-econômicas existentes, do que resultaria em vários benefícios, tanto de ordem econômica como social para o conjunto da sociedade brasileira (HESPANHOL, 2000).

Em contrapartida à tese da natureza feudal da agricultura brasileira, estavam os defensores da tese capitalista, os quais procuravam enfatizar em seus trabalhos o predomínio de relações de produção do tipo capitalista no campo. Nesta perspectiva, destaca-se Caio Prado Júnior, para quem a predominância da exploração na estrutura agrária brasileira, era fruto direto das relações mercantis dominantes no Brasil, desde o início do seu processo de colonização<sup>2</sup>.

Daí a crença, desse autor, no fato de que uma reforma agrária baseada apenas na distribuição de terras não seria suficiente para resolver os problemas da agricultura brasileira, já que em tal setor não existiriam as condições econômicas, sociais e políticas para garantir a melhoria dos níveis de vida da população rural através da manutenção de pequenas explorações. Faltaria a elas, a tradição camponesa, como pequenos produtores autônomos, ao mesmo tempo executores e dirigentes do empreendimento.

Aponta-se Andrew Gunder Frank como outro grande defensor da tese capitalista. Para esse autor, a origem dos problemas nacionais, da mesma forma como as possíveis soluções, poderiam ser entendidas no interior do próprio sistema capitalista.

Durante a década de 1960, a discussão em torno da questão agrária foi enriquecida com o surgimento de um outro grupo de discussões, cujos trabalhos procuravam demonstrar que a agricultura não se constituiu, historicamente, como um entrave ao desenvolvimento brasileiro. Suas análises situavam-se mais no campo da produção, da produtividade e dos preços dos produtos agrícolas, bem como da estrutura interna do agro nacional. Segundo Gonçalves Neto (1997, p. 66),

Esta vertente, chamada da funcionalidade da agricultura, defendia a tese de que a agricultura sempre cumpriu seu papel econômico, não apenas respondendo à demanda urbano/industrial, sem pressionar seus custos, mas contribuindo decisivamente para o processo ao cumprir as chamadas tarefas da agricultura em um processo de desenvolvimento econômico (GONÇALVES NETO, 1997, p. 66).

Dentre os principais representantes dessa linha de interpretação, chamada funcionalista, Hespanhol (2000) destaca os nomes de Antonio Barros de Castro, Antonio Delfim Neto e Ruy Miller Paiva. De forma geral, podemos dizer que esta linha foi a que houve a maior unidade em relação às proposições de seus autores, no tocante à interpretação da realidade agrária.

Um exemplo é a idéia desenvolvida por Castro (1969, apud HESPANHOL, 2000, p. 18), o qual chamava a atenção para o fato de que o baixo nível de renda da população rural, resultante da concentração fundiária, poderia inibir a expansão de um mercado consumidor de produtos industriais no setor agrário. Assim, o aumento dos padrões de produtividade na agricultura do país, poderia levar à ampliação do mercado para bens industriais, resultando na concentração da renda nas mãos de uma determinada minoria capacitada para sustentar um elevado padrão de consumo e operar modernas funções de produção.

Observamos que a questão fundamental no processo de desenvolvimento econômico do país,

[...] estava na necessidade de melhoria da produtividade do setor agrícola, resultando concomitantemente na liberação de mão-de-obra e na elevação do nível de renda da população rural, sem o comprometimento no abastecimento urbano ou de matérias-primas. Assim, a agricultura brasileira financeira

o desenvolvimento industrial do país por meio da transferência de mão-de-obra e do fornecimento de divisas e recursos via confisco cambial (HESPANHOL, 2000, p. 19).

Até o presente, procuramos trazer à tona alguns aspectos das principais discussões teóricas travadas até meados da década de 1970, acerca do papel que deveria cumprir a agricultura no contexto do desenvolvimento econômico e social do país. Resta mencionar a fecunda produção científica que ocorreu à margem dessas discussões, identificada desde a década de 1950 até a metade da década de 1970, caracterizando uma terceira linha de interpretação da agricultura brasileira, e que englobou as contribuições de antropólogos, sociólogos e geógrafos rurais. Essas contribuições têm em comum o fato de privilegiarem em seus estudos, a realização de pesquisas de campo, enfocando diferentes situações regionais, e da presença de análises descritivas (HESPANHOL, 2000, p. 21).

Assim,

Quanto às temáticas desenvolvidas nesses trabalhos, percebe-se que enquanto os geógrafos agrários centralizavam suas análises no estudo do habitat rural (Ferreira, 1998), os sociólogos rurais e os antropólogos sociais debruçavam-se sobre o estudo das comunidades, a descrição e caracterização da estrutura agrária brasileira e do campesinato. (FUKUI, 1975, apud HESPANHOL, 2000, p. 21).

Vale ressaltar que no interior desta linha de discussão, novas categorias de análise e novos conceitos entram em cena, sendo que as discussões concentram-se em elementos como a caracterização da estrutura agrária brasileira, o campesinato, os bairros rurais, a produção familiar (entendida como camponesa), a figura do camponês. Ao longo da década de 1970 e após esse período, os trabalhos realizados nessa linha de pesquisa, enfocando as especificidades econômicas, sociais, culturais e políticas de certos grupos rurais identificados como camponeses, tenderam a restringir o foco de interesse de suas análises naquilo que se convencionou chamar de *pequena produção*. (GONÇALVES NETO, 1997 e HESPANHOL, 2000).

Finalmente, como salientamos no início deste item, a história nos mostra que a alternativa escolhida pelo Estado, a fim de dar continuidade a esse

processo de desenvolvimento econômico via industrialização/urbanização, foi a associação com capitais internacionais que, ao financiarem a continuidade do processo de industrialização, levaram, conseqüentemente, à manutenção da situação de dependência financeira, que continuaria atrelando os destinos do país às decisões externas. É nesta perspectiva que pretendemos analisar algumas questões sobre o papel da integração regional como necessária à consolidação do sistema capitalista em nosso país.

### 3. DESENVOLVIMENTO REGIONAL E CONSOLIDAÇÃO DO CAPITALISMO NO BRASIL: ALGUNS APONTAMENTOS

Contudo, a sociedade permaneceria conservadora, em que pese a modernidade urbana e que parte do seu setor rural caminhasse para a modernização. A persistência das elites – notadamente daquelas mais vinculadas ao setor rural – em não permitir a reforma agrária e o atraso na modernização adequada do campo agravaram o êxodo rural às cidades, potenciando o crescimento urbano, acelerado não só pela industrialização mas também por aquele êxodo, causado tanto pela manutenção do atraso quanto pela ‘modernização conservadora’ (CANO, 1995, p. 24 - 25).

Estas considerações demonstram, em parte, o “estado de coisas” no qual estava inserida a sociedade brasileira no período que vai até meados da década de 1960, e o qual já discutimos no item anterior. Mesmo com os problemas causados pela urbanização não planejada, somada ao descaso do poder público para com a questão social – o que fez piorar o grau de distribuição de renda praticado no país até então, agravando a crise social –, o quadro geral dos debates, bem como os planos de desenvolvimento instituídos pelo Estado, tinham, na necessidade de manter e ampliar o desenvolvimento econômico alcançado através da industrialização implantada até aquele momento, seu principal foco de ações.

Assim, as transformações estruturais internas que levaram ao desenvolvimento econômico sentido no país até meados da década de 1970, não devem ser entendidas como outra coisa, senão como a criação de

mecanismos necessários à reposição e recriação das condições necessárias à expansão do sistema enquanto modo capitalista de produção.

Daí a crítica de Francisco de Oliveira (1976), ao conceito de “modo de produção subdesenvolvido”, criado no bojo das teses dualistas e endossado pelo arcabouço teórico da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina)<sup>3</sup>. Segundo este pesquisador, o “subdesenvolvimento”, neste caso, pareceria a forma própria de ser das economias pré-industriais penetradas pelo capitalismo, estando estas num patamar intermediário para formas mais avançadas e sedimentadas deste sistema. No entanto, argumenta que uma postulação assim formulada esquece que o subdesenvolvimento é necessariamente uma produção da expansão do capitalismo.

Chega-se, desta maneira, ao axioma de que o subdesenvolvimento é uma formação capitalista em sua essência, e não simplesmente histórica, pois, ao enfatizar o aspecto da dependência, os teóricos do conceito de “modo de produção subdesenvolvido”, teriam deixado passar ao largo os aspectos internos das estruturas de dominação, que conformam as estruturas de acumulação próprias de países como o Brasil. Então,

[...] toda a questão do desenvolvimento foi vista sob o ângulo das relações externas, e o problema transformou-se assim em uma oposição entre nações, passando despercebido o fato de que, antes de oposição entre nações, o desenvolvimento ou o crescimento é um problema que diz respeito à oposição entre classes sociais internas. (OLIVEIRA, 1976, p. 9).

No contexto dessas discussões, cabe pensarmos as transformações mais recentes que se verificam no contexto econômico e social do país. Partimos da premissa de que tais transformações relacionam-se diretamente ao desenvolvimento desigual, com o qual o sistema capitalista vem se organizando nos mais diferentes níveis escalares do espaço.

Neste sentido, para Smith (1988) a lógica do desenvolvimento desigual deriva das várias tendências opostas, inerentes ao capital, para a diferenciação, mas com a simultânea igualização dos níveis e condições de produção. Segundo esta teoria, o capital é continuamente investido no ambiente construído com a finalidade de se produzir mais-valia e a expansão da base do próprio capital.

Como a tendência do capital é a de se deslocar continuamente para outros locais, a fim de se beneficiar com taxas de lucros mais altas, “a imobilização

espacial do capital produtivo em sua forma material não é nem menos necessária do que a perpétua circulação do capital como valor” (SMITH, 1988, p. 19). Isto significa dizer que o capital busca não um equilíbrio construído no território, mas um certo equilíbrio que seja viável justamente em sua capacidade de se deslocar nos territórios de maneira sistemática.

É este, pois, o movimento do capital, que ocorre subjacente ao processo mais amplo de desenvolvimento desigual. O padrão resultante desse movimento na paisagem é o desenvolvimento de um lado e o subdesenvolvimento de outro, padrão esse que pode ser verificado em várias escalas espaciais, dentre as quais destacam-se a internacional, a nacional e a urbana (SMITH, 1988, p. 213).

Assim, no contexto do desenvolvimento desigual do sistema capitalista entre estas diferentes escalas espaciais, a consideração da noção de divisão do trabalho torna-se essencial nessa discussão. Isto porque, a organização do trabalho local depende da infra-estrutura localmente existente e do processo nacional de divisão do trabalho. Nesta perspectiva, a sociedade local (regional) comanda, sobretudo, os aspectos técnicos do trabalho local, enquanto que é residual e incompleto o seu comando sobre os aspectos políticos do trabalho local, cujo controle se dá em outras instâncias, superiores e distantes (SANTOS, 1997, p. 217).

Para Smith (1988), somente a divisão do trabalho não leva a uma maior diferenciação espacial. O processo é mais amplo e tem mais a ver com processos de acumulação, centralização e concentração do capital, que geram desigualdades em sua espacialização, já que a acumulação e concentração do capital se centralizam espacialmente através de investimentos feitos no espaço pelo capital. Assim, esse processo de concentração do capital amplia a divisão do trabalho, recombina, segundo esse autor, a diferenciação e a especialização da força de trabalho para aumentar a produtividade e reduzir os custos de produção.

Pensando no contexto brasileiro, podemos dizer que o papel do Estado foi, e tem sido, decisivo no processo de industrialização nacional, já que sempre interveio na economia no sentido de manter o *status quo* e favorecer certas transformações. Nos momentos em que se processaram transformações econômicas e sociais, o Estado “aparece para equilibrar e quebrar o equilíbrio entre os setores de produção, ou para decidir sobre o destino de uma parte ponderável do excedente econômico” (IANNI, 1989, p. 50). Assim, o padrão do

desenvolvimento industrial, mesmo seguindo uma lógica estipulada por instâncias superiores, dependerá de certos elementos favoráveis ao seu florescimento no nível local.

Se tomarmos como exemplo, o período mais recente, em que o sistema de acumulação e produção industrial fordista vem sendo substituído pelo chamado sistema de acumulação flexível, a mudança tecnológica, a busca de novas linhas de produto e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o giro do capital, constituem apenas alguns dos elementos que passaram a influenciar diretamente na formulação das estratégias corporativas.

Cano (2000), ao discutir sobre as políticas de desenvolvimento econômico, adotadas recentemente no Brasil, aponta uma série de transformações decorrentes de nossa inserção no modelo neoliberal. Dentre outras, aponta para o aumento da precarização do emprego, seja pelo tempo de trabalho, pelo rendimento ou pela informalidade. Segundo esse autor, "os abusos já se fazem sentir em termos de grande dispensa de funcionários, terceirização com queda da qualidade de serviço" (p. 258).

Ao mesmo tempo em que estas profundas transformações da organização do trabalho encontram-se em marcha, outros elementos também relevantes acompanham tal processo. Assim, para Santos (1997), como no processo global da produção, a circulação prevalece sobre a produção propriamente dita, os fluxos se tornam mais importantes ainda para a explicação de uma determinada situação. O próprio padrão geográfico é determinado pela circulação, já que esta, mais numerosa, mais densa, mais extensa, detém o comando das mudanças de valor no espaço.

Por outro lado, pela forma como o capital fixo é distribuído no espaço, podemos discernir as articulações que se criam ou se podem criar, neste ou naquele momento, tanto a articulação interna a cada fração do território como também aquelas entre as diferentes frações.

Essa lógica com a qual tem se estruturado o desenvolvimento do sistema capitalista de produção e circulação materializa-se na produção do espaço em várias escalas, do local ao global, sendo que esta produção do espaço deve ser apreendida com base na articulação das diversas escalas espaciais, e cuja concepção baseia-se no próprio movimento de produção e reprodução do sistema capitalista.

Os elementos destacados até aqui nos permitem vislumbrar a lógica mais geral sobre a qual se deu a inserção definitiva do Brasil, no contexto das relações estabelecidas pelo sistema capitalista em sua fase atual, necessárias a sua manutenção enquanto sistema de produção dominante. Como este processo não é a-histórico e tem sua gênese condicionada aos aspectos econômicos, sociais e políticos pré-existentes no espaço, nos quais se pretende inserir – e transformá-lo, quando necessário –, existem outros elementos a serem destacados se pretendemos compreender, mesmo que primariamente, os caminhos do desenvolvimento econômico do país.

Neste sentido, vale ressaltar o papel exercido pelo Estado durante o chamado período militar, já que a via escolhida para o desenvolvimento econômico do país foi aquela da associação com capitais internacionais, que contribuíram para o financiamento da continuidade do processo de industrialização e, conseqüentemente, à manutenção da situação de dependência financeira.

No período considerado, coube ao Estado, mais uma vez, o papel de institucionalizar as regras do jogo que vinha sendo jogado desde o início de nossa industrialização, que se intensificou através da política de substituição de importações. Isto se fez na medida em que, no plano externo, o Estado permitiu a entrada de investimentos de capitais estrangeiros, sobretudo nos setores de maior rentabilidade da economia; e, no plano interno, tratou de criar a infra-estrutura (ou consolidá-la, quando já existente) necessária ao desenvolvimento dos setores mais modernos da economia.

Este processo se deu, muitas vezes, através de pesados investimentos nos setores ditos "estrangulados" da economia, como o de energia elétrica, por exemplo, balizados pelo discurso do planejamento do desenvolvimento regional e institucionalizado através dos diversos planos desenvolvidos em cada governo que compõe o período que vai desde a década de 1950 até meados da década de 1980.

Acreditamos que a preocupação demonstrada pelos governantes, principalmente durante a década de 1960, com os problemas causados pela grande diferença dos níveis de desenvolvimento das várias regiões brasileiras, isto é, com o planejamento regional, implicou em criar os mecanismos necessários à efetiva consolidação do sistema capitalista de produção por todo o país, através de sua integração territorial<sup>4</sup>. Daí decorre a criação de algumas superintendências de desenvolvimento, tais como a SUDENE



(Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste), a SUDAM (Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia), a SUDESUL (Superintendência para o Desenvolvimento do Sul) e a SUDECO (Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-Oeste), cuja implementação definitiva ocorreu durante o período dos governos militares.

Na verdade, o que se vê é que, após 1964, uma série de planos econômicos, ligados a uma opção capitalista e com pouca preocupação com os problemas sociais e com o empobrecimento da população, passaram a ser implementados. Basta lembrarmos, que é a partir da década de 1960 que temos o aumento do processo de concentração de empresas mais significativo, paralelamente à intervenção estatal. Também o aumento da capacidade de exportação e inauguração uma política de incentivos fiscais constituem fatos deste período.

De fato, com o virtual esgotamento do modelo de substituição de importações, os governos militares trataram de reafirmar o controle estatal sobre as indústrias de base desenvolvidas em períodos anteriores, como é o caso da siderurgia, da energia elétrica, da petroquímica, da construção naval, da metalúrgica, entre outras. Ao mesmo tempo, passou a criar, sobretudo através das diretrizes constantes em seus planos de desenvolvimento econômico, as condições e incentivos à abertura do mercado para a iniciativa privada, tanto nacional como internacional.

A tendência à canalização de recursos alocados pelo governo, somente às áreas "em que a iniciativa privada não puder ou não quiser" (III PND, 1981: p. 58), parece constituir uma constante no conjunto dos planos de desenvolvimento econômico e industrial em todo o período estudado até o presente, na medida em que boa parte do conjunto dos ramos industriais que compõem o complexo industrial brasileiro, desenvolveram-se vinculados, de uma forma ou de outra, ao capital externo<sup>5</sup>.

Exemplo disso é o caso do petróleo, ainda nas décadas de 1940 e 1950. Assim, ao mesmo tempo em que se criou a Petrobrás, que deveria exercer o monopólio na exploração e beneficiamento do petróleo, deu brechas para que empresas estrangeiras continuassem com o setor da distribuição da gasolina e dos derivados do produto, ou seja, monopolizando as atividades mais rentáveis da fatia desse mercado.

De qualquer maneira, sabemos que a industrialização do país foi marcada por alguns "saltos", que se fizeram a partir da implantação de grandes

blocos de atividades que, em decorrência de suas peculiaridades, alteraram, a seu tempo, o funcionamento da economia. Assim, nesse processo de industrialização, tivemos a implantação do setor têxtil na virada para o século XX, a siderurgia pesada na década de 1940, a indústria automobilística após a segunda metade dos anos de 1950 e a implantação dos setores de insumos básicos e de bens de capital nos anos de 1970, como expressões desses "saltos":

Ressaltamos que, cada um desses "saltos", por constituírem veículos da expansão de novas condições técnicas de produção, em determinados pontos do território nacional, levou ao avanço da fronteira econômica e espacial, influenciando no processo de integração nacional. E a lógica dessas transformações, que é uma lógica necessária à manutenção do sistema capitalista, teve no Estado, historicamente, um elemento indispensável como mediador de tais transformações.

Neste ponto, cabe uma reflexão acerca do que estamos considerando como fronteira econômica e do papel exercido por sua expansão no processo de integração nacional. Pretendemos, com isto, contribuir para a discussão acerca do discurso do desenvolvimento regional, enquanto fator essencial à manutenção e consolidação do sistema capitalista em nossa economia.

Lavinas e Ribeiro (1991) concordam que a fronteira no Brasil surge, de fato, com o processo de industrialização deflagrado pela acumulação cafeeira, quando ocorre o deslocamento do eixo central da economia. Portanto, segundo eles, fronteira e constituição de uma força de trabalho livre seriam processos contemporâneos e inter-relacionados.

Estas considerações, mais aquelas que levantamos anteriormente, desde o início deste item, nos permitem chegar ao axioma de que a fronteira tem sua gênese a partir de uma dinâmica datada historicamente em função do desenvolvimento da base técnica material e das condições sócio-econômicas da produção, distribuição e consumo, que, neste caso, seguem à lógica de reprodução do sistema ao qual tais processos estão vinculados. Desta maneira,

[...] o vínculo entre fronteira e industrialização nos permite entender, por exemplo, como, no caso brasileiro, houve um deslocamento espacial da fronteira que acompanhou as sucessivas fases de formação do mercado nacional, incorporando novos 'locus' ou territórios ao avanço da divisão social do trabalho (LAVINAS E RIBEIRO, 1991, p. 71, apud OLIVEIRA, 1977).

Vemos que a fronteira, no final do século XX, tem novas feições por se expandir num novo patamar de integração nacional, com mercado em grande parte unificado e sob comando de uma nova dimensão dos capitais envolvidos. Assim, temos que a fronteira já nasce heterogênea, constituída pela superposição de frentes de várias atividades, com povoamento e produção relativamente modestos; já nasce urbana, gozando de intenso ritmo de urbanização; o governo federal tem papel fundamental no planejamento e no volume de investimentos infra-estruturais. (BECKER, 1998). Segundo essa mesma autora,

Fronteira hoje, portanto, não é sinônimo de terras devolutas, cuja apropriação econômica é franqueada a pioneiros ou camponeses. É um espaço também social e político, que pode ser definido como um espaço não plenamente estruturado, potencialmente gerador de realidades novas. Para o capital, a fronteira tem valor como espaço onde é possível implantar rapidamente novas estruturas e como reserva mundial de energia (BECKER, 1998, p. 11).

Foi, pois, na expansão dessa fronteira – precisamente enquanto fronteira econômica, capitalista –, que o Estado passou a atuar, intensificando sua presença como mediador das transformações ocorridas na forma de inserção do país no sistema capitalista mundial, ou seja, a passagem de sua base agro-exportadora para industrial. Afinal, a partir de meados da década de 1950,

A intervenção estatal na economia brasileira, a partir desse período, vai sendo moldada e direcionada pelos interesses do grande capital. Nesses processos, os investimentos voltados para as condições de reprodução da força de trabalho [...] não são priorizados pois concorreriam com os gastos públicos dirigidos ao atendimento dos interesses do capital industrial. (PIQUET, 1998, p. 24).

Diante dessas considerações, a fronteira se apresenta, tanto na forma de uma categoria que reflete fenômenos relativos à expansão do espaço econômico do capital, como necessária ao desvendamento dos processos de apropriação do espaço material em si.

No primeiro caso, trata-se da lógica que procuramos discutir ao longo de todo este item, qual seja, a da necessidade de expansão e reprodução do

sistema capitalista pelos diferentes territórios, a fim de garantir sua manutenção enquanto sistema dominante. Lógica essa que, no caso do Brasil, teve historicamente no Estado um elemento de importância ímpar, já que este sempre tratou de institucionalizar os mecanismos necessários à reprodução desse sistema. O discurso do desenvolvimento e da integração territorial regional/nacional serviu, neste caso, como base para a implementação desses mecanismos pelo Estado.

Sobre o segundo caso, e considerando-o mesmo como parte integrante do primeiro, trata-se da análise dos desdobramentos, ou melhor, das transformações espaciais ocorridas num determinado ponto do território, em função de sua apropriação, e inserção, nessa lógica, cuja finalidade última é a da manutenção e expansão do sistema e do desenvolvimento desigual por ele criado. É, pois, sob este foco que centralizaremos as discussões constantes no próximo item, através da análise de um caso específico, o da criação de Ilha Solteira (SP).

#### 4. DENTRE OS FRUTOS DO PROCESSO..., ILHA SOLTEIRA – SP: UM BREVE EXEMPLO

A experiência tem demonstrado que os estudos desenvolvidos no âmbito da economia regional tornam incompleta a apreensão da realidade de determinada região, qualquer que seja o aspecto enfocado, se não consideramos as suas relações com um espaço mais amplo – que pode ser o território nacional, por exemplo – e, sem resgatar os vínculos históricos daquela realidade então estudada com seu passado, através da análise do processo histórico do seu desenvolvimento.

Assim, ao pretendemos tecer algumas considerações acerca da criação da cidade de Ilha Solteira (SP)<sup>6</sup> e suas vinculações com o espaço mais amplo, constituinte do território nacional, ou mesmo internacional, encontramos nas discussões levantadas no item anterior um apoio de suma importância. Isto porque a fundação da cidade insere-se no contexto das realizações do Estado, implementadas através das políticas de planejamento elaboradas ao longo do período militar e que buscavam o desenvolvimento regional, por um lado, e a integração definitiva do território nacional, por outro.

A cidade de Ilha Solteira começou a ser implantada no ano de 1967 pela Empresa Centrais Elétricas de São Paulo S/A, atual Companhia Energética de São Paulo S/A (CESP), com o objetivo de abrigar a mão-de-obra envolvida na construção da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira. Esta obra, por sua vez, faz parte do chamado Complexo Hidrelétrico de Urubupungá, que foi planejado e vem sendo desenvolvido até os dias atuais (2002), através da construção e manutenção de diversas usinas hidrelétricas que compõem o Complexo e de canais artificiais criados para auxiliar no escoamento da produção agrícola regional – a região engloba o extremo oeste paulista e boa parte do leste do Estado do Mato Grosso do Sul. Trata-se de uma área banhada pelo Rio Paraná. Hespanhol, em trabalho desenvolvido sobre o uso do solo e suas possibilidades no espaço urbano de Ilha Solteira, salienta que

A cidade é fruto de um Planejamento previdente, sendo em sua concepção original, projetada de forma híbrida. O núcleo de Ilha Solteira nasceu como um acampamento de obras, mas em virtude da dimensão (capacidade de abrigar até 40.000 habitantes) e da pobreza da rede urbana regional, foi planejado de forma a continuar existindo após o término da construção da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira (HESPANHOL, 1993, p. 3).

Isto significa dizer que o núcleo urbano foi implantado de modo a desempenhar simultaneamente as funções de um acampamento de obras e de uma cidade convencional, experiência até então inédita no Brasil. O domínio exercido pela CESP sobre o núcleo urbano fez com que o acampamento-cidade permanecesse alheio à dinâmica do mercado imobiliário, escapando à lógica da produção do espaço nos moldes como ocorre na maioria das cidades brasileiras. Assim, a própria necessidade de abrigar uma numerosa mão-de-obra numa área pobre, com uma rede urbana fraca, fez com que a CELUSA 7 /CESP optasse pela implantação desse núcleo permanente.

Por outro lado, podemos dizer que, como a pobreza da rede urbana regional era atribuída ao baixo nível de exploração da terra, pois a região de Ilha Solteira, na época de sua fundação, caracterizava-se pela pecuária extensiva, o que proporcionava então uma baixa densidade de riqueza e um não adensamento da rede urbana regional, acreditava-se que a construção de um núcleo urbano permanente, ao invés de um acampamento provisório, poderia

Incrementar a rede urbana então existente e provocar um novo impulso para tornar mais dinâmica a economia regional.

Durante a fase de implantação do núcleo urbano, que acompanhou a construção da própria usina, este se caracterizou por atividades intensas de construção, problemas de adaptação da população, ausência de equipamentos de lazer, moradias com infra-estrutura urbana incipiente (ruas sem asfalto, sem arborização, sem iluminação etc.), e com escassos equipamentos urbanos para atender a esta comunidade pioneira, submetida a um regime disciplinar rigoroso. (CHÁVEZ, 1988, apud HESPANHOL, 1993).

Segundo Piquet (1998), o fato dos núcleos urbanos nascidos de grandes empreendimentos, quer sejam de investimentos públicos, quer sejam de empresas privadas, submeterem sua população a um regime disciplinar rigoroso, parece ser uma constante em quase todos os casos. Esta pesquisadora, ao comentar as condições de implementação de Ilha Solteira, ressalta que,

[...] a escala do contingente de mão-de-obra envolvida, cerca de 15.000 empregados, justificou a proposta de construção de um núcleo urbano que atendesse não só o período de obras, mas que pudesse, 'a posteriori', ser aproveitado de forma permanente (PIQUET, 1998, p. 29-30).

No período entre 1971 e 1973, quando a construção da usina atingiu o seu auge, absorvendo a maior quantidade de mão-de-obra, a população do núcleo urbano oscilou entre 28.000 e 32.000 habitantes, passando a perder progressivamente a população entre 1973 e 1977. De 1977 em diante a população passou a oscilar entre 20.000 e 24.000 habitantes. De fato, com a redução da necessidade de mão-de-obra pela usina a partir de 1973, e a conseqüente dispensa dos funcionários das empreiteiras, a cidade, que havia sido programada para persistir após o término da obra, não teria condições de gerar, por si só, empregos suficientes para absorver toda a mão-de-obra liberada pela usina.

Dentre os elementos que influenciaram nesta dinâmica populacional apresentada pela cidade, pode-se destacar a falta de uma estrutura econômica capaz de absorver essa mão-de-obra (indústrias, por exemplo) e a estrutura agrária da região – na qual os latifúndios ocupam quase a totalidade das áreas e estão voltados à pecuária extensiva e os minifúndios, que ocupam uma área exígua e se dedicam a uma agricultura pouco produtiva, com baixo rendimento, utilizando técnicas arcaicas de produção –, que não favoreceu, historicamente,

a constituição de uma relação de complementaridade entre o espaço urbano e o rural, necessária à viabilização econômica da maioria dos núcleos urbanos do país, como bem salienta Hespanhol (1993).

Assim, como ao final das obras da usina de Ilha Solteira, a despeito da presença de um comércio e de serviços geridos pela iniciativa privada, a cidade permanecia muito dependente dos empreendimentos da CESP, ou seja, sem as devidas condições de “caminhar com as próprias pernas”, isto fez com que a empresa negociasse com o governo do Estado a instalação de atividades que viabilizassem a fixação do núcleo urbano. Dessa iniciativa, foi implantada, em 1976, a Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira – FEIS, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, que também havia sido criada naquela ocasião, resultante da fusão de institutos isolados de Ensino Superior do estado de São Paulo.

A partir de 1980, iniciou-se o cadastramento e a disposição à venda dos imóveis urbanos de Ilha Solteira no mercado imobiliário, sendo este um passo fundamental para a efetivação de sua autonomia. É aí que Ilha Solteira inicia o processo de assumir sua própria identidade e quando seu espaço urbano passa a ser transformado em função das diferentes atividades que vinham sendo desempenhadas pelos seus moradores.

Hespanhol (1993) destaca que até o ano de 1992, a administração do núcleo urbano de Ilha Solteira esteve a cargo exclusivo da CESP, a qual monopolizava praticamente todo o espaço da cidade, a despeito da venda da maioria das casas a particulares e de alguns terrenos. Segundo esse mesmo pesquisador,

Somente em 1991, sob a égide da constituição de 1988, foi realizado o plebiscito sobre a emancipação ou não do Distrito de Bela Floresta (sediado por Ilha Solteira), com resultado favorável a autonomia. No ano subsequente (1992) foram realizadas as eleições, sendo o poder executivo e legislativo municipais constituídos em janeiro de 1993, com a posse dos eleitos (HESPANHOL, 1993, p. 23-24).

Em relação aos problemas identificados sobre o planejamento da cidade, vale lembrar que, pelo próprio caráter que este assumiu devendo se constituir em “acampamento” para os trabalhadores das obras das usinas do Complexo de Urubupungá, sobretudo à própria usina de Ilha Solteira, além do zoneamento

urbano propriamente dito (através da elaboração de um detalhado plano diretor), também foi implantando um zoneamento estritamente sócio-econômico no interior das áreas destinadas às habitações.

Segundo Hespanhol (1993), as casas cedidas aos funcionários da CESP e das empreiteiras foram implantadas e distribuídas em 6 diferentes níveis, de acordo com as atividades exercidas pelos trabalhadores nas obras da usina, sendo instituída desta forma uma verdadeira segregação sócio-espacial. Vale salientar, que mesmo o padrão das casas construídas em Ilha Solteira não foi dos mais elevados, pois segundo a PLANEMAK (empresa responsável pelo planejamento urbano inicial de Ilha Solteira), o vulto dos encargos a serem enfrentados por uma empresa ainda improdutivo, impunha severos critérios de economia, tornando proibitivo qualquer projeto que procurasse atingir, em todos os aspectos, o elevado nível e os índices de conforto preconizados pelos estudos teóricos de cunho urbanístico da época.

Por conta disso, algo que observamos durante nossa visita a Ilha Solteira foi que, em virtude da inadequação dos projetos, boa parte das casas (sobretudo aquelas dos níveis de 1 a 4, que são geminadas), conta com pouca ventilação e iluminação naturais, além de apresentarem, muito provavelmente, problemas de conforto acústico (incomodando e comprometendo a privacidade entre os vizinhos e, conseqüentemente, as relações entre eles) e térmico.

Vemos, diante deste quadro, que mesmo o núcleo urbano tendo sido planejado para permanecer como cidade convencional após o término das obras da usina, este foi construído de forma que os custos fossem reduzidos ao máximo. “A instalação da maioria dos trabalhadores em casas geminadas, sem dúvida maximizou o uso da infra-estrutura (vias, redes, etc.) reduzindo os custos com a sua implantação”. (HESPANHOL, 1993, p. 35).

Além da segregação sócio-econômica existente no núcleo desde seu planejamento e da baixa qualidade das casas, podemos destacar ainda outro aspecto, que se refere à elevada densidade populacional das áreas habitadas pela população menos qualificada, via de regra, as áreas mais centrais, portanto mais próximas ao setor secundário e aos aparelhos de infra-estrutura públicas existentes no município.

São vários os problemas que podem ser identificados a partir das alterações ocorridas no uso do solo urbano de Ilha Solteira em relação ao plano original, os quais foram provocados pela própria CESP, visando o atendimento das suas necessidades mais imediatas. Muitos desses problemas têm

influenciado na evolução das relações sócio-econômicas mantidas em Ilha Solteira, e se constituem entraves a serem considerados pelas administrações municipais em seus planos de governo, que vêm se alternando desde sua fundação como cidade em 1992.

Ainda sobre este aspecto, Jong (1993), ao tratar sobre os efeitos regionais das grandes obras hidroenergéticas, ressalta a existência de muitos custos sociais e ambientais não previstos em seu planejamento. Dentre alguns desses problemas, destaca-se a inundação de vastas áreas, a realocação compulsória das populações afetadas, os movimentos de populações induzidos durante a etapa da construção, os conflitos sócio-culturais relacionados a tais movimentos, os efeitos inflacionários localizados oriundos do aumento pontual da demanda de bens para a construção ou o consumo, entre outros. Pelo caráter deste trabalho, não nos aprofundaremos nestas questões.

No momento, o que nos interessa, é lembrar que Ilha Solteira foi criada, da mesma maneira como muitos outros empreendimentos dessa natureza, seguindo uma lógica determinada, cuja finalidade seria, a princípio, o de contribuir para o desenvolvimento regional e a integração territorial do país, projeções que, se concretizadas, influenciariam decisivamente na posição ocupada pelo país no contexto das relações econômicas internacionais. Este quadro insere-se num contexto maior, qual seja o dos debates sobre os rumos do desenvolvimento econômico do país e de sua posição em relação aos outros países em desenvolvimento, e mesmo àqueles pertencentes ao centro do sistema.

Assim, como salienta Piquet (1998), pode-se dizer que a intervenção estatal na economia brasileira, principalmente durante os primeiros governos do período militar, se fez a partir de um comprometimento crescente do Estado com investimentos complementares à dinâmica das grandes empresas oligopólicas, fato que demonstra a subordinação, aos interesses dessas companhias, da composição e das prioridades do investimento público brasileiro.

Ora, como não havia um potencial interno de acumulação em escala nacional – dadas as desigualdades sócio-econômicas entre as diversas regiões do país –, mas um esquema baseado no eixo Rio - São Paulo, os investimentos passaram a ser aí concentrados. A localização espacial da produção se dá na região que dispunha das melhores condições gerais de produção do país, qual seja, boa parte do Centro-Sul e, mais especificamente, ao longo deste eixo. Este quadro pode ser explicado, em linhas gerais, pela existência de algumas

vantagens relativas propiciadas principalmente pela economia cafeeira no sentido da criação de um mercado interno expressivo. No entanto, uma vez instalada a indústria, suas taxas de expansão tendem a ampliar as desigualdades regionais estabelecidas historicamente, sendo que tal movimento agravou as disparidades sócio-econômicas entre as regiões, dificultando a integração econômica do território nacional como um todo.

É, pois, no sentido de mudar esse quadro, que muitos dos objetivos constantes nos planos implementados pelo Estado, neste período, procuravam contemplar a questão do desenvolvimento regional, através da alocação de recursos para a implantação de indústrias ou outros empreendimentos (como a criação de obras hidroenergéticas, por exemplo), que pudessem impulsionar tal desenvolvimento.

Em trabalho elaborado pelo Departamento de Economia da CESP (1972), sobre a região de Ilha Solteira e suas possibilidades de desenvolvimento econômico, o quadro exposto anteriormente é analisado da seguinte maneira:

A partir da década de 1960 tenta-se corrigir as distorções regionais através de incentivos à instalação industrial em outras regiões, orientados por órgãos governamentais que, através de auxílio técnico-financeiro, procuram proporcionar os meios necessários à instalação e posterior expansão industrial (CESP, 1972, p. 26-27).

Tal obra considera ainda o fato de que as mudanças estruturais são sempre muito lentas, em decorrência das profundas raízes criadas pelo processo de concentração industrial historicamente determinado no país, havendo indicações, no entanto, de que os desequilíbrios regionais tendem a ser amenizados paulatinamente, em função da integração inter-regional promovida principalmente pela expansão das comunicações.

Jong (1993), ao se referir ao contexto das ações engendradas pelo Estado, a fim de que se possa ampliar o efeito dinamizador nas economias regionais, através da construção de empreendimentos hidroenergéticos, ressalta a necessidade de se relacionar à potencialidade de cada ação e decisão executada durante a construção o quadro em que se desenvolvem as relações sócio-econômicas. Assim, segundo ele,

[...] deve-se atentar para as relações entre agentes produtivos e o comportamento institucional (especialmente o Estado), cujas racionalidades no quadro do sistema social determinam poderosamente as possibilidades de potencializar o efeito dinamizador das obras na economia regional (JONG, 1993, p. 178).

Neste ponto, acreditamos ser possível resgatar as análises de Santos (1997), para quem os mais diversos locais não apenas utilizam-se de suas presentes vantagens comparativas, como criam novas, para atrair atividades promissoras de emprego e riqueza. Segundo ele, a fim de permanecerem atrativos, os lugares utilizam-se dos recursos materiais ali existentes (como as estruturas e os equipamentos), e também dos imateriais (como os serviços), sendo que cada lugar busca realçar suas virtudes por meio dos seus símbolos herdados ou recentemente elaborados.

Na verdade, os lugares se distinguem pela capacidade de oferecer rentabilidade aos investimentos, sendo esta maior ou menor em virtude das condições locais de ordem técnica (equipamentos, infra-estrutura, acessibilidade) e organizacional (leis locais, impostos, relações trabalhistas). Assim, os lugares se especializam, em função de suas virtualidades naturais, de sua realidade técnica, de suas vantagens de ordem social. São, pois, estas vantagens naturais aos diferentes lugares, ou criadas historicamente, que poderiam exercer o papel de “mola propulsora” do desenvolvimento regional/local. No entanto, caberia às esferas superiores (como o Estado, por exemplo) – muitas vezes distantes da realidade local da região –, maximizar o potencial de desenvolvimento, sobretudo econômico, inerente àqueles elementos que lhe caracterizam.

Transportando este axioma para o caso de Ilha Solteira, é inegável o papel exercido pela empresa CESP na gênese histórica da cidade, já que desde o seu planejamento, esta foi concebida para se tornar, além de um acampamento de operários, um núcleo urbano permanente. Neste ponto, temos a maximização do valor inerente a um determinado recurso existente numa dada região (no caso, a possibilidade de exploração hidrelétrica da área em estudo), sendo Ilha Solteira e as suas relações desempenhadas em âmbito regional, e mesmo nacional, apenas um dos frutos do processo de desenvolvimento mais geral do país e do mundo.

Vale lembrar, que tal processo ocorre através de uma lógica específica, que é a do desenvolvimento desigual, na qual o sistema capitalista, no sentido de se reproduzir, apropria-se de forma desigual dos diferentes pontos do espaço, ou do território, levando-os a um desenvolvimento desigual. Quanto ao papel exercido pelo Estado neste processo, este vem contribuindo, historicamente, para a legitimação deste desenvolvimento desigual, através da implantação dos planos de desenvolvimento regional.

Finalmente, podemos dizer que ao Estado coube o papel de ser um dos mediadores (possivelmente o maior, no caso em estudo), ou talvez fosse melhor dizer, de criador da ponte entre o local, representado aqui por Ilha Solteira e a realidade regional a ela imediatamente subjacente, e o nacional, ou o global, já que as medidas implementadas por sua parte, para o desenvolvimento regional da região de Ilha Solteira, mesmo que implicitamente, sempre seguiu a uma ordem, que é a do desenvolvimento desigual, através do qual o sistema capitalista consegue se reproduzir enquanto dominante.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pudemos observar, a apreensão do quadro geral dos debates acerca dos rumos que deveria tomar o desenvolvimento econômico do país, com o esgotamento da política de substituição de importações, revela a importância dada ao conjunto da agricultura nacional. Provavelmente, muitas das discussões travadas nesse período, subsidiaram a implementação de planos de governo que consideravam o sistema agrário brasileiro um entrave à manutenção e expansão do desenvolvimento econômico observado até então, através da iniciativa de industrialização ocorrida até o fim da Segunda Guerra Mundial.

No âmbito do desenvolvimento interno, a escolha da associação com capitais internacionais, que financiariam a continuidade do processo de industrialização e, conseqüentemente, a manutenção da situação de dependência financeira, que continuaria atrelando os destinos do país às decisões externas, levou à consolidação de um padrão de desenvolvimento regional interno desigual, já que esta escolha implicava uma “interdependência” direta entre tal modelo de desenvolvimento e as relações político-econômicas mantidas entre o país e o resto do mundo. Este padrão de desenvolvimento regional desigual

ocorre subjacente ao padrão de desenvolvimento geral do sistema capitalista que se movimenta entre as diferentes escalas espaciais, do local ao global, a fim de se reproduzir incessantemente.

Neste processo, ao Estado coube o papel de legitimar este quadro. Isto se fez, historicamente, através da manutenção de um discurso em que primava pelo desenvolvimento regional e pela integração econômica do país. Tais objetivos deveriam ser implementados através da institucionalização, e efetiva realização, de uma série de planos de desenvolvimento. O período militar se mostra um dos mais frutíferos neste sentido, pois uma análise rápida de uma parte das diretrizes constantes nos chamados PNDs (Planos Nacionais de Desenvolvimento), revela seu empenho no desenvolvimento econômico regional através de maciços investimentos infra-estruturais, a fim de manter o padrão de desenvolvimento alcançado até então.

No caso específico de Ilha Solteira, vimos que a cidade tendo nascida como parte desse tipo de planejamento, reflete diretamente as conseqüências da manutenção do padrão de desenvolvimento espacial desigual, endossado historicamente pelo Estado. Isto ocorre, tanto no contexto das relações internas ao espaço urbano da cidade, como no contexto das relações mantidas entre Ilha Solteira e o espaço regional, que lhe é subjacente, já que seu desenvolvimento se deu atrelado, direta ou indiretamente, à necessidade de reprodução do sistema capitalista de produção, contribuindo, portanto, para sua manutenção.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECKER, B. K. *Amazônia*. 5 ed. São Paulo: Ática, 1998.
- BORTOLETO, E. M. Os impactos do Complexo de Urubupungá no desenvolvimento de Andradina – SP. Presidente Prudente (SP): UNESP, 2000. (Dissertação de Mestrado)
- CANO, W. *Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional*. 4 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo: FAPESP, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- CENTRAIS ELÉTRICAS DE SÃO PAULO. *A região de Ilha Solteira e suas possibilidades de desenvolvimento econômico: caracterização da indústria*. São Paulo: UNESP, 1972.
- GONÇALVES NETO, W. A questão agrária brasileira: vinte anos de debate (1960-1980). In: \_\_\_\_\_. *Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- HARVEY, David. *Condição Pós-moderna*. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- HESPANHOL, A. N. O uso e as possibilidades de uso do solo urbano em Ilha Solteira – SP. Rio Claro (SP), 1993. (Trabalho desenvolvido em atendimento às exigências da disciplina “Paisagem e Meio Ambiente”).
- HESPANHOL, R. A. de M. *Produção familiar: perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente – SP*. Rio Claro (SP): UNESP, 2000. (Tese de Doutorado).
- IANNI, O. *Estado e capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- JONG, G. M. de. As grandes obras hidrenergéticas. Contribuição para a análise de seus efeitos regionais. In: SOUZA, M. A. de; et al. \_\_\_\_\_. São Paulo: Hucitec / ANPUR, 1993, p. 174 -181.
- LAVINAS, L. e RIBEIRO, L. C. Q. Terra e capital na modernização do campo e da cidade. In: PIQUET, R. e RIBEIRO, A. C. T. *Brasil, território da desigualdade: descaminhos da modernização*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: Fundação Universitária José Bonifácio, 1995.
- LINHARES, M. Y. e SILVA, F. C. T. O debate sobre as estruturas sócio-econômicas do Brasil nas décadas de 1950 a 1970. In: CASTRO, A. C. (org.) *Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira: síntese das transformações*. Brasília: Biblioteca Nacional de Agricultura, 1979. p. 27-59.
- OLIVEIRA, F. A economia brasileira: crítica à razão dualista. In: *Seleções CEBRAP 1*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- PIQUET, R. *Cidade-empresa: presença na paisagem urbana brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- PIQUET, R. Descaminhos da moderna industrialização brasileira. In: PIQUET, R. e RIBEIRO, A. C. T. *Brasil, território da desigualdade: descaminhos da modernização*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar./Ed. Fundação Universitária José Bonifácio, 1995.
- PRADO JR. C. Sentido da colonização. In: \_\_\_\_\_. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1973, p. 19-72.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SMITH, N. *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

## Notas:

<sup>1</sup> Uma mudança significativa nesse quadro de discussões, pode ser identificado em: CANO, Wilson. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: Editora UNESP, 2000. Nesta obra, o autor, ao discutir sobre as políticas de desenvolvimento econômico implementadas recentemente no Brasil, aponta uma série de transformações decorrentes de nossa inserção no modelo neoliberal. Demonstra ainda, mesmo que implicitamente, como, a partir da década de 1990, os governos que vem se sucedendo no país, têm conseguido organizar e institucionalizar certas ações, ou planos de governo, cujo direcionamento – tanto no plano das relações internas, como no das relações externas do Brasil – vem no sentido de legitimar uma determinada ordem, que é a ordem necessária à reprodução do sistema, sendo tal ação subsidiada pelo discurso corrente do neoliberalismo.

<sup>2</sup> Em sua obra “Formação do Brasil Contemporâneo” (1973) e, sobretudo no capítulo intitulado “Sentido da colonização”, Caio Prado Júnior deixa explícito o caráter mercantil das relações sócio-econômicas travadas tanto no âmbito interno do Brasil colonial, como nas relações comerciais mantidas entre este país e sua metrópole, representada por Portugal. Para esse autor, aí é que se encontram as raízes da formação das estruturas sócio-econômicas brasileiras, e o suporte teórico para suas críticas às discussões acerca das teses feudais.

<sup>3</sup> OLIVEIRA, F. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. In: *Seleções CEBRAP I*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

<sup>4</sup> Vários autores já demonstraram em seus trabalhos que, muitas vezes, o sistema capitalista de produção consegue se inserir e dominar em certos ambientes, cujas formas de propriedade e de produção ali existentes, mesmo quando não se enquadram totalmente no modelo de produção desse sistema, à ele estão subordinadas, contribuindo para sua reprodução enquanto tal, sendo que esta realidade pode ser constatada tanto no contexto do agro como do urbano nacionais atuais.

<sup>5</sup> Neste aspecto, nos referimos ao fato de que, mesmo tendo esses governos incentivado a iniciativa privada nacional, deram abertura suficiente para que grandes corporações tanto absorvessem essa iniciativa privada nacional, como desenvolvessem, com capital próprio, certos ramos da indústria de forma a monopolizá-los, possuindo ainda uma fatia da industrialização – mesmo aquela desenvolvida por grupos nacionais –, através de empréstimos e financiamentos.

<sup>6</sup> Optamos por inserir o caso de Ilha Solteira em nossas discussões, tanto por acreditarmos ser possível criar uma ponte ligando as idéias iniciais propostas, e desenvolvidas, no corpo deste trabalho, com as especificidades que acompanharam a criação daquele núcleo urbano, como pelo fato de que algumas dessas especificidades nos “saltaram aos olhos” durante uma visita que efetuamos nesta localidade. Trata-se de trabalho de campo realizado no dia 30/04/2002, constante na ementa de atividades da disciplina que subsidiou o desenvolvimento de parte das discussões aqui constantes.

<sup>7</sup> Segundo Hespanhol (1993, p. 14), “Em janeiro de 1961 foi criada a Centrais Elétricas do Urubupungá S/A (CELUSA), empresa de energia elétrica de capital misto, com participação majoritária do Governo do Estado de São Paulo”, sendo que a Empreiteira Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A – CCCC, foi a vencedora da licitação para a execução da maior parte das obras do Complexo de Urubupungá.

Artigo recebido para publicação em 31 de março de 2003.